

O pacto funcional

O GLOBO

Na aritmética camaleônica do "déficit" público, a coisa está no seguinte pé:

1) O rombo de caixa projetado para dezembro é de Cr\$ 104 trilhões na contabilidade do Presidente José Sarney;

2) As contas da União jogam com receita de Cr\$ 122 trilhões para uma despesa recalculada de Cr\$ 228 trilhões;

3) O desfalque maior está nos livros das estatais, com sua demanda em bloco de Cr\$ 408 trilhões;

4) Os técnicos do FMI sustentam que o Brasil pode executar, em seis meses, um corte de até Cr\$ 50 trilhões no "déficit" esperado; e

5) O pessoal da Seplan informa que a redução do "déficit" não passará dos Cr\$ 28 trilhões, na hipótese otimista...

O Presidente José Sarney, que tratou o assunto de raspão na entrevista coletiva de segunda-feira, confidenciou aos empresários, na Granja do Torto, sexta-feira:

"Com essa contabilidade de trilhões, a Nova República está simplesmente administrando o caos".

A auditoria externa do FMI, fortalecida pelo "bom exemplo" da Argentina de Alfonsín, esclarece que a remoção do "déficit" público, em qualquer tempo ou lugar, é tarefa para estadista em tempo de guerra. Exige decisões ámargas, medidas impopulares, remédios dolorosos. De preferência, amaciados politicamente por alguma coisa do tipo "pacto social" ou "pacto nacional".

A armação e operação do tal de "pacto" reclamam, mais que a definição dos parceiros credenciados, também um mínimo de confiança da sociedade nos resultados positivos da terapia adotada. Se os empresários acreditam na eficácia do remédio amargo, mas os trabalhadores falam em veneno disfarçado de remédio e os economistas — consultores do ramo — proclamam que não se trata de remédio nem de veneno, apenas de uma água pintada, absolutamente inócuia, o "pacto" não sai e o "ajustamento" não vinga.

No caso brasileiro, o "pacto nacional" teria de começar por um "pacto funcional" no interior do próprio Governo, onde a soma das partes continua bem maior que o todo.

camente melindrosa. A explicação é de Karl Marx:

"Os fins da burocracia são os fins do Estado e os fins do Estado são os fins da burocracia."

Está na essência do ente Governo: todas as atividades encampadas pelo setor público são, por definição, essenciais. Se superflas, o Estado não as estaria fazendo. Logo, nenhum burocrata com poder de decisão administrativa ou tráfico de influência política permitirá o corte de qualquer coisa em sua área, seja da energia, do transporte, da saúde, da mineração ou da petroquímica. Nessa empreitada, a estatal ameaçada conta com o "lobby" dos seus fornecedores de bens e serviços do setor privado.

Por exemplo: a engenharia da construção pesada está vociferando, publicamente, contra a desaceleração das usinas hidrelétricas, na mesma linha do protesto cívico encabeçado pela Eletrobrás.

Congelamento é autofágico

Na condição de voto de Minerva, o Presidente da República vai ficar no triste papel do pai desnaturado, o que se obriga, na presença de todos os filhos, a declinar qual deles é o menos amado.

Na família das estatais fala-se que o setor de energia é o mais querido, o favorito do pai de todos. O transporte ferroviário jura que é o mais abandonado. O setor siderúrgico se confessa o mais injustiçado. O monopólio do petróleo exibe a carteirinha de "intocável". O saneamento básico proclama sua prioridade biológica. A Previdência Social adverte para o colapso que se aproxima. O programa habitacional diz que não passa pelo teste das prestações do BNH. A mineração informa que não pode ficar mais 485 anos na fila de espera. O setor rodoviário — governar é construir estradas? — afirma que não tem verba nem para tapar buracos e que perdeu o prestígio até com os bancos internacionais de fomento. A área de telecomunicações comunica que deixou de ser a "menina dos olhos" do sistema e que vai deixar a Nova República cega, surda e muda...

E no escuro, ameaça a Eletrobrás. Ou a pé, adverte a Petrobrás.

As estatais sem gordura

A meio caminho do exercício fiscal, fica realmente difícil "emagrecer" o organismo estatal. O corte projetado de Cr\$ 27,8 trilhões atingirá, basicamente, os orçamentos das empresas de chapa-branca. A decisão é politi-